

# Brasil se prepara para abater dívida pública

DÍVIDA PÚBLICA

País também deixa de depender de capital de curto prazo para financiar contas externas

Vivian Oswald

• BRASÍLIA. O ministro da Fazenda em exercício, Amaury Bier, disse ontem que, pela primeira vez em cinco anos, a poupança do setor público deve fechar o ano positiva. Ou seja, o Governo vai precisar de menos recursos externos para se financiar. Isso quer dizer que as receitas públicas serão suficientes não só para pagar a manutenção do Governo com funcionalismo e custeio, mas também os investimentos em programas de infra-estrutura e áreas sociais.

Isso não acontece desde 1994, quando o Governo podia investir cerca de 6% do PIB em seus programas. No ano passado, foi registrada despoupança. O Governo precisou fazer novos financiamentos para investir, porque gastava tudo com a máquina estatal.

A nova realidade cria o ambiente para que nos próximos anos o Governo tenha superávit nominal (diferença entre as receitas e as despesas incluindo gastos juros). Isso acontecerá quando o saldo das contas públicas puder ser usado para abater a dívida pública e

não apenas as despesas com juros. Bier participou do seminário "Soluções para a execução fiscal no Brasil".

## Déficit externo vai ser totalmente financiado

O ministro disse ainda que apesar do impacto negativo dos preços dos produtos exportados e importados pelo Brasil, a balança comercial teve uma melhora significativa que está se refletindo nas transações correntes do país. Segundo ele, o déficit previsto para as transações correntes este ano deve fechar em US\$ 24 bilhões e deve ser totalmente financiado pelos investimentos estrangeiros diretos, estimados em US\$ 30 bilhões.

Bier destacou também a redução da dependência brasileira de capitais voláteis. Segundo ele, esses recursos já não são mais necessários para ajudar a financiar as contas externas brasileiras.

— É possível dizer com toda segurança que o Brasil não depende de capital de curto prazo. As contas correntes vêm sendo totalmente financiadas por investimentos diretos — disse ele. ■

26 SET 2000

O GLOBO